

MURILO CABRAL SILVA

DOM PEDRO II
e a
LITERATURA NACIONAL

PETRÓPOLIS
1970

É, realmente, muito difícil, senão impossível, fixar a verdade histórica da personalidade do imperador Pedro II, tanto ela sofre as contingências dos trabalhos até aqui publicados, entre o panegírico louvaminheiro e a detração sistemática dos seus opositores. De modo geral, a crítica padece da posição de quem a faz, da simpatia ou má vontade que a inspiram. É humana, por isso muitas vezes falseada. Quem sabe, inconscientemente, quando cede, sem perceber, à orientação previamente assumida em função de pontos de vista filosóficos do analista. Quando não deliberadamente, a serviço de uma tese que precisa ser comprovada, ou de um movimento de idéias políticas que anseiam por ganhar corpo. O homem é muito pouco livre entre o tempo que o insufla, e que ele deseja dirigir; e a eternidade, para a qual se destina, apesar dos desconchavos do tempo. É-lhe quase impossível distinguir o que é a obra que analisa e o que lhe parece essa obra, pesquisada e apreciada segundo seus métodos, sendo esses decisivos para sentir e ver, compreender e julgar. O homem julga através da sua verdade pessoal, e essa contingente demais, sob antolhos de crenças e princípios, simpatias e malquerenças, até senão de mercenarismos inconfessáveis. Leia-se o que escreve o monge, da sua igreja; o ímpio, dos contestadores da fé; o militarista, dos heróis armados; o monarquista, dos soberanos históricos; o obscuro, dos libertinos; os românticos, do romantismo... Em todos, a verdade se veste de culto de quem a apresenta, como que num processo freudiano de auto-realização.

Assim, sobre o imperador Pedro II depõem áulicos e inimigos, dependentes políticos prósperos da proteção real e frustrados do poder que os terá marginalizado. Deposto o soberano, uns sobre ele escrevem sob a canga dos novos poderosos, aos quais urge

agradar por qualquer processo, inclusive o de diminuir o sol apagado; outros, sob a paixão de recordar o Palácio de São Cristóvão, aumentando-lhe o prestígio fustigado pelo novo regime. Para alguns, a incapacidade de sentir e entender a filosofia de vida do Império, fazendo-os críticos amargos de inverdades de boa fé. Para tantos, o desejo sutil de contestar a nova ordem implantada, através do panegírico sincero ou insincero da política imperial. Resta, então, a crítica dos isentos; mas, que homem é isento? Todavia, a obra criticada, essa fica, palpitante entre o contraste dos críticos. Desafiando o tempo e os pontos de vista dos julgadores ocasionais, cuja cotação varia de geração a geração. Que sobe e cai e morre, ou se mantém e cresce, quanto até não renasce, vívida e gloriosa. Quantos livros permaneceram obscuros e, de repente, ganham notoriedade, apenas em função dos novos critérios com que lidos e pensados? Quantos anos esperou a consagração a obra de Joyce; que tempo aguardaram os livros de Kafka, para o reconhecimento da sua importância? Assim, com relação aos vultos históricos, na política, na religião, nas guerras, nas universidades, nas artes, na música, nas letras, na ciência... Quando reformados anteriores julgamentos, o traidor se veste em herói; o fraco em santo; o nefelibata, em pensador; os ignaros e pífiros, em gênios criadores... Nessas reapresentações, muda a face de Maria Antonieta, reescreve-se Calabar; a cada dia, há um rosto novo de Hitler, Stalin, Mussolini, Lopez, Gomez, Zapata, o monstro e o gênio contracenando em cada janela do casarão iluminado.

O que foram, realmente, essas figuras no plano pessoal das suas verdades? Na contradança do não e do sim, suas sombras assustam e desafiam o tempo de entender. Quase sempre as verdades históricas submetidas ao que Benedetto Croce chama de *historiografia de partido*:

“O íntimo laço que expusemos e, com todo o cuidado, mantivemos, entre os impulsos da vida prática e moral e os problemas da historiografia, é por inteiro diferente do outro laço entre fins práticos e narrações históricas, que dá lugar às histórias de ‘tendência’ ou de ‘partido’.

“Nestas últimas, o processo não vai do estímulo prático ao problema definido e resolvido pelo pensamento, à consciência informada, que é condição de nova ou renovada atitude prática e operante; mas, dada uma particular ati-

tude prática, que é a tendência ou o programa de partido, próximo ou em curso de atuação, recorre-se, entre outros meios, para efetivá-la, a crônicas e outros recolhidos de notícias de pessoas, ações e acontecimentos, para afirmação, convalidação e defesa do fim que se persegue.

“Assim, não só não nasce obra historiográfica alguma, como também as que já existiam se acham, no ato mesmo, desagregadas e destruídas”.

(Benedetto Croce, *A História, pensamento e ação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962, p. 148).

Lembra o mestre os historiadores da Alemanha, os do partido constitucional e liberal, Gervinus, Rotteck, Dahlmann e os do estado forte e da potência militar, Droysen, Treitschke, Sybel “e zeladores da grande Alemanha ou da pequena Alemanha, apóstolos da unidade alemã pela liberdade e com a liberdade, ou sem e contra a liberdade; e depois ainda sonhadores em renovado trajo medieval, como Giesebrecht, católicos e elogiadores da Alemanha da Reforma anterior a Lutero e depreciadores da Alemanha da Reforma, com Jansen e outros”. (op. cit., p. 149).

O mesmo fenômeno assinala Croce na Itália, com Troya, Balbo, Capponi, Tosti; na França, com Guizot, Michelet, Martin, Thiers, Mignet, Blanc, Taine; e até mesmo na Inglaterra, de mais longa e mais antiga tradição política de liberdade, onde as tendências de partidos se manifestam em Macaulay, Grote, Carlyle. O mesmo tipo de historiadores vem escrevendo a era comunista, criando, destruindo e refazendo e substituindo seus mitos. Assim tem sido e continuará a ser, não fosse a História feita com muito da paixão humana.

Justamente por isso, é difícil fixar a figura histórica da personalidade do imperador Pedro II. Ela vem trazida até nós entre arroubos de panegíricos ou malquerenças de desafeiçoados, embora alguns depoimentos geralmente aceitos como fidedignos, na medida em que se aceitem como fidedignos os depoimentos humanos. Esses não de ser confrontados com a obra do Segundo Reinado.

Já Mário A. Cardoso de Miranda, num pequeno e excelente trabalho (separata do volume VII de *Centenário de Petrópolis – Trabalhos da Comissão*, Petrópolis, Tip. Ipiranga, 1943), salienta:

“Foi das mãos de d. Pedro II que o Brasil saiu apto a enfrentar as dificuldades políticas do continente e do século: pacificado e unificado pelo imperador, o Brasil, no seu reinado, impôs-se ao respeito internacional, disseminou a instrução, consolidou a linha de suas fronteiras, estabilizou a moeda, teve a prioridade do selo, bateu-se vitoriosamente nas guerras que lhe foram impostas, tratou de igual para igual as maiores potências, não reconheceu hegemonias no hemisfério, construiu a terceira esquadra do mundo; apoiado em dois grandes partidos nacionais, praticou o parlamentarismo, que embora não pertencendo ao direito escrito, entrou para o direito consuetudinário, como uma reivindicação do espírito público; criou uma elite intelectual, moral, social e política, foi um feracíssimo viveiro de valores humanos, aboliu o tráfico e a escravidão, insuflou as nossas maiores riquezas econômicas, aparelhou a indústria, construiu uma enorme rede de comunicações rodoviárias e ferroviárias, ligou-nos à Europa pelo cabo telegráfico, o telefone, a tração a vapor, impulsionou as ciências e as letras, conheceu intimamente aquilo que Cícero preconizava como a suprema ventura dos povos: o gozo tranqüilo da liberdade.”

Há, sem dúvida, na apreciação, a tendência do seguidor; mas, muitos dos fatos arrolados são incontestáveis e dão uma medida do imperador, permitindo admiti-lo como homem de inteligência aberta. Assim, não deslustrara seus primeiros mestres, Francisco Maria Teles, o bispo de Crisópolis, Luís Aleixo Boulanger, Félix Emílio Taunay, Renato Pedro Boiret, Nataniel Lucas, Roque Schuch, Araújo Viana, Andrade Vandelli, Rodrigues de Sá, Mazziotti, ou seus tutores, José Bonifácio e o marquês de Itanhaém...

Essa indicação, a do homem de inteligência e cultura, a do mecenas das letras brasileiras, tem sido uma constante na nossa história. A imagem lançada é a do “rei filósofo”, a do “neto de Marco Aurélio”, a do amigo de Vítor Hugo, membro do Instituto de França, sócio correspondente da Academia de Ciências de Paris... Procura-se fixar assim o retrato de corpo inteiro do imperador de belas-letas, que sabia grego, hebraico e latim, e quantas línguas vivas; a par do pensamento do seu tempo e da ciência universal.

Cardoso de Miranda, na separata acima aludida, acentua, com deliciosa graça, essa ingênua tendência brasileira de agradar-se, ainda hoje que se aluda a Pedro II como o amigo de Hugo e que falava hebraico.

“para que a notícia dessa erudição do mais representativo dos nossos pró-homens dê aos de fora a impressão de que aqui a literatura francesa é familiar aos tropeiros, os moleques de engenhos põem melado no tacho recitando a *Lenda dos Séculos* e as línguas mortas são idioma corrente no interior da Paraíba”...

É uma preocupação constante essa dos nossos historiadores. Mesquita Pimentel, no seu encantador livro *D. Pedro II* (Comissão do centenário de d. Pedro II, Petrópolis, Papelaria Silva, 1925, p. 28), transcreve B. Mossé em referência aos tempos de adolescente do imperador:

“Sério, refletido, assinala B. Mossé citando a Pinto de Campos, era d. Pedro assíduo nos estudos; ávido de conhecimentos, consagrava o dia e a noite à sua instrução e muitas vezes se erguia do leito para acender a lâmpada que o bispo de Crisópolis, seu preceptor, cautelosamente apagara”.

É ainda no livro de Mesquita Pimentel que se encontra a imagem do então jovem estudante, ainda adolescente, sobre o que “existem cabais informações nas contas prestadas anualmente pelo seu tutor, o marquês de Itanhaém, ao governo”, e assinala que o monarca era dotado de “vivacidade, penetração e reminiscência em grau eminente”. Resume o depoimento de Itanhaem, quanto ao ano de 1839, o último da menoridade, lembrando que aí começa o estudo de alemão, com Roque Schuch. Araújo Viana se refere de modo lisonjeiro aos progressos do futuro imperador no latim, “vertendo prosa com facilidade”, compondo “sem erros” e “traduzindo versos com desembaraço, com predileção por Virgílio”. Estuda a gramática comparada entre o latim e o português, prepara-se para a filosofia da história e da ciência do governo. Traduz bem e lê francês e inglês, “escrevendo-os facilmente”. Adianta-se no alemão, na música e no desenho. E, para completar, como se fosse pouco, “mostra firmeza e agilidade na arte de esgrima, em que é dirigido por Luís Alves de Lima (o futuro duque de Caxias)”.

É deveras impressionante o quadro que se dá do jovem de 15 anos, preparando-se para a função de imperador! Mas, a verdade é que os depoimentos mais respeitáveis confirmam aquele longo preparo. Heitor Lira, na sua *História de Dom Pedro II*, recorda um episódio singular:

“Era notada uma acentuada aptidão para o desenho. Alguns anos mais tarde, em 1842, quando o príncipe Adalberto da Prússia visitaria o Brasil, o imperador o presentearia com um retrato a óleo de Frederico II, produto do seu pincel.”

(Op. cit., vol. I, p. 90, coleção Brasileira Cia. Editora Nacional, 1938).

Entretanto, Heitor Lira é prudente ao reviver o estudante Pedro II. Reconhece-lhe o francês “impecável”, os progressos na geografia e na história, sendo o estudo das línguas o “seu forte”. Mas, quanto à matemática, apenas refere que “faz prontamente as operações aritméticas de inteiros, frações e complexos”. Já no latim, “compunha com raros erros...”

De um modo geral, os historiadores brasileiros apresentam o imperador como um erudito, tradutor de grego e hebraico, profundo no latim, conhecedor de história, além do estadista que iluminou cinquenta anos de vida política brasileira. Era o “neto de Marco Aurélio” e amigo de Vítor Hugo, sócio do Instituto de França. Sob esse ângulo cultural, chegou-se a apontá-lo como literato, poeta em particular.

Na aula de hoje, não cabe a apreciação do estadista e o que terá sido a sua obra político-administrativa, ou examinar-lhes a postura de homem de Estado. Nem ajuizar dos conceitos de um Vicente Quesada ou dos que, mais amargos, emitiu Pedro Lessa, em discurso na Academia Brasileira... Mas, a Pedro II na literatura nacional, não o poeta, que não o foi, senão como o mecenas a incentivá-la.

Para compreendê-lo, entretanto, é necessário o conhecimento do seu retrato cultural, nas raízes, na formação da sua base de humanidades, na sua ilustração intelectual. Disse-lhes da dificuldade em tê-la com segurança, face à controvérsia de conceitos, à evidente má vontade de uns, ao aulicismo de outros. Aconselho a leitura de todos,

de um lado ao lado oposto. Vale refletir sobre o seu diário, na esplêndida publicação do *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVI, cuja leitura é imprescindível, tanto quanto no que for possível conhecer da extensa bibliografia a respeito do imperador.

Estou certo de que em nada destoará a página admirável de Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, retratando o monarca, “então na flor da idade, já chegado à maturidade do espírito político.”

Nabuco alude a d. Pedro não mais hesitante, sem a timidez de outrora, algo temerário, como o não fora nos primeiros gabinetes do reinado. Segurava as rédeas “com a mão firme e tranqüila de um antigo boleiro”, mas sem a preocupação de fazer de instrumentos os seus ministros. E acentua o mestre estadista e escritor, com honestidade:

“Para isso, seria preciso que ele quisesse governar por si, o que ele não poderia fazer. Faltavam-lhe para quase todos os ramos da administração as qualidades especiais do administrador. O imperador exercia, sim, uma espécie de censura e de superintendência geral; era o crítico do seu governo”.

Em síntese admirável, Nabuco, da acurada análise, depõe:

“De algum modo, pode-se dizer que foi ele, inspirando-se na opinião, quem traçou a linha geral do reinado, isto é, da história política e em parte social do Brasil, durante quase meio século”.

Aí está o grande painel do imperador, em cujas linhas de comportamento e formação intelectual há de se encontrar explicado o mecenato que exerceu na nossa literatura. Com a mesma firmeza e pudor com que manteve as rédeas do governo – “com a mão tranqüila de um antigo boleiro”.

Na vida intelectual da nação, ele não interferiu para substituir-se aos literatos ou dirigi-los como a servis, mas para dar-lhes independência e apoio. O estadista e o mecenas se completam, em harmonia perfeita. Na coisa pública e nas letras, o procedimento é o mesmo. Justamente por isso, talvez nos tenhamos alongado na apresentação da personalidade do monarca, nos seus estudos de humanidades, na linha da sua conduta como governante. É que, assim,

aparece inteiriça a sua figura. No campo do mecenato, é ele o mesmo que na posição de imperador. Vale, então, voltar ao que escreve Nabuco:

“O regime é verdadeiramente parlamentar, não há em São Cristóvão um gabinete oculto, mudas ministeriais prontas para os dias de crise; a política faz-se nas Câmaras, na imprensa, nos comícios e diretórios eleitorais, perante o país. Em toda essa vida e movimento de opinião, que luta e vence pela palavra, pela pena, pelo conselho, ele não aparece; seu papel é outro, sua influência é enorme, incontestável, mas para que o seja, o seu segredo é apagá-la o mais possível, não violar a esfera da responsabilidade ministerial”.

Assim, como mecenas, o seu segredo foi apagar-se como literato, crítico severo de si mesmo, para não violar a esfera de responsabilidade dos verdadeiros escritores e artistas...

É certo que muitos homens de letras não o estimaram e muitos historiadores não o estimam. Também isso ocorreu em relação ao governante.

Eis que escreve Heitor Lira:

“Os estadistas, os políticos, os homens de governo que o cercam, estes, não o estimam. O imperador começa já a tê-los sob seu controle, a contê-los em suas que-relas políticas, polindo-lhes as arestas e dando-lhes, por vezes, lições de moral política.

“Torna-se, por isso, para esses homens suscetíveis, cheios de exaltação partidária, um personagem incômodo”.

Vamos, pois, ao tema da aula, a d. Pedro II e a literatura nacional, já com a apresentação da personalidade do imperador, embora as controvérsias que a propósito se possam suscitar.

Da sua cultura e gosto pelas obras do pensamento, falam-nos autores, contraditoriamente. Aceitamos os que lhe consagram a capacidade, pelo menos, de cultivar os expoentes da inteligência e do espírito, nas ciências e nas letras, não sendo ele, embora, nem cientista, nem literato. O que é indiscutível na sua personalidade é a virtude da ponderação, o equilíbrio, a modéstia, o senso das suas prerrogativas, a idéia de elevar o nível cultural do país, o encanto

de freqüentar as salas de palestras e conferências, o convívio de escritores e poetas. Pouco importa que, pessoalmente, não se tenha distinguido em nenhum desses aspectos e que, como poeta, haja sido de dolorosa mediocridade, não se devendo tomar conhecimento do que falsamente lhe foi atribuído. O importante é que o imperador sempre teimou – e empenhadamente! – em favorecer a cultura, com todas as possibilidades da Coroa. E que, deposto, no exílio, foi o caminhante de institutos e academias, e casas e salões abertos aos homens mais eminentes do pensamento europeu.

Só essa posição o credencia à nossa estima, se por outros e muitos motivos já o não estimasse a nação como tanto o faz. A nação, em geral; esta cidade, em particular, que ele amou, da qual, no exílio, sofria saudades, pedindo, em carta inesquecível: “Fale-me de Petrópolis”.

No seu governo, várias vezes refundiram-se, atualizando-os, os programas e os estatutos do Colégio Pedro II; também os institutos de ensino superior – jurídico, médico, politécnico, musical. No seu longo tempo de reinado, tiveram esplendente surto as artes, diretamente ajudadas pelo interesse do imperador. A jovem literatura brasileira lançava asas, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, Porto Alegre, Varnhagen e Macedo, foram pessoalmente protegidos pelo monarca. Nessa fase brilhante de criação, viveram Álvares de Azevedo e Castro Alves e José de Alencar. Nas artes, Pedro Américo e Vítor Meireles; na música, Carlos Gomes era condecorado pelo imperador, enviado à Europa para completar seus estudos.

Foi um período áureo da nossa cultura, dentro da relativa estabilidade econômica e política, cuja apreciação levou Mesquita Pimentel, na obra já citada (p. 67), a compará-la com a ressalva das devidas proporções, o que para a Grécia foi o século de Péricles; para a Itália, os de Augusto e de Leão X; para a Inglaterra, os de Elizabete e de Vitória; para a França, o de Luís XIV...

Em que pese o arroubo, o reinado de Pedro II representa um marco no processo cultural do Brasil, pela inteligência da sua escola de estadistas, pelo florescimento de artes e letras, pela posição singular do imperador. Essa posição, se não a de um esgrimista de letras e artes, foi a do patrocinador e seu mecenas. O próprio monarca se envaidecia do que lhe tocava: sabendo-se não poeta,

cultivava os poetas, com o ânimo ardente do jardineiro das rosas de todo o ano.

Alcindo Sodré, em notável publicação (“Pedro II a caminho do exílio”, *Tribuna de Petrópolis*, suplemento, 4 de dezembro de 1949), apreciando os diários do imperador, anota:

“Escusado seria acrescentar que d. Pedro II foi muito mau poeta. Se, com o seu nome, editados foram os Sonetos do Exílio, após a sua morte, sem a menor dúvida não lhe pode caber a culpa. Excessos de sentimento áulico... Se fazia versos, era por uma satisfação íntima, pois ele jamais os deu à publicidade, e não lhe faltou, por outro lado, o senso crítico. Lá está em sua ‘Fé de Ofício’: ‘Reconheço que sou muito somenos no que é relativo aos dotes da imaginação, que posso bem apreciar nos outros’”.

Eis o importante, o que não é objeto de controvérsia, o que não pode ser imputado àquelas “histórias de partido” de que fala Croce: d. Pedro foi o grande crítico de si mesmo, sem fatuidade e sem pena. Certamente por isso, escreveu, de próprio punho, a Fé de Ofício referida pelo mestre Alcindo Sodré. Pela mesma razão, dele anotou Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, que “deixava aos seus ministros a administração pública”, deles “nunca pretendeu fazer instrumentos”, apenas exercendo “uma espécie de censura e de superintendência geral”, reservando-se à “crítica de seu governo”. Certamente, como para a poesia, verificava faltarem-lhe, “para todos os ramos da administração, as qualidades especiais do administrador”... E, também, como em relação à poesia, sabia “somenos seus dotes”, bem podendo, entretanto, “apreciá-los nos outros”...

Graças! À perfeição e coragem do seu sentimento crítico se deve o viveiro de estadistas da escola formada, o mecenato que exerceu na literatura nacional, sem maiores intromissões.

Mesmo no ostracismo, d. Pedro II não abdicou da coroa que não lhe puderam depor, o seu devotamento à inteligência, onde quer que estivesse.

Mesquita Pimentel, na já aludida obra, refere os encontros do imperador, ainda no poder, com Frederico Mistral e Gladstone e Vítor Hugo. Era amigo de Alexandre Dumas Filho, de Adolphe Franck, o romancista e o mestre de filosofia e direito civil do Colégio

de França. A Lamartine, auxiliou diretamente; manteve amizade com Pasteur, de cujo instituto foi benfeitor. A Wagner convidou a representar uma de suas óperas no Rio de Janeiro. Ao monarca aludindo, Darwin, escrevendo ao botânico Hooker, em 1887, assim se expressava: “Esse imperador tantos benefícios prestou à ciência que todo sábio deve tributar-lhe o maior respeito”.

Longo seria enumerar as provas desse empenho em favor da cultura e da inteligência. Talvez por isso Vítor Hugo chamou-o “neto de Marco Aurélio”.

A grandeza em vários aspectos do período imperial, principalmente no campo dos costumes políticos e no terreno das artes e letras, deve ser relacionada com a liberdade de pensar e de escrever. Através de toda a longa fase do Império, mormente nos últimos tempos, o país conheceu, em extensão e no profundo, a incomparável beleza da liberdade que, por tanto exercitada, foi sempre compreendida como freios e inspiração da autoridade, que dela se deve alimentar, para melhor protegê-la. É franca a liberdade política e civil, a crítica aos atos do governo não sofre limitação, mesmo dirigida ao imperador. Ainda que amarga ou violenta, lança-se livremente; até organizações de contestação ao regime funcionam sem peias nos pronunciamentos republicanos. D. Pedro conjugava autoridade e liberdade, como vasos comunicantes. Ele próprio, o monarca, não desestimava a forma republicana, chegando a escrever no seu diário (*Anuário do M. I.* cit.) que sendo imperador, preferiria ser presidente da República...

Esse o clima do longo governo. Ao sopro das liberdades, fundam-se academias literárias e institutos científicos, revistas e jornais. O diálogo e o debate são a tônica, o monarca preside sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ouve e acompanha o que se discute, propõe temas para estudo...

A eterna preocupação, o convívio das idéias! Aqui, com Gobineau; lá fora, com Renan. Se vai a Paris, recebe no Grande Hotel os notáveis e sábios Pasteur, Ambroise Thomas, Levasseur, Sully Preudhomme, François Coppée, Sardou, Dumas Filho, Leconte de Lisle, Arsène Houssaye, este amigo e sócia... Encontra-se com Guerra Junqueiro, visita Flammarion, talvez, para ele, mais importantes que Guilherme I, da Alemanha, com quem se avista em Baden-Baden... Em Florença, vai ao ateliê de Pedro Américo, onde conhece a tela *Independência do Brasil*, do mesmo porte do

quadro *Batalha de Avaí*, que vira muitos anos antes. Se em Veneza ajunta-se aos mais ilustres do pensamento, não deixa de ver Eleonora Duse. Em Milão, encontra-se com Carlos Gomes...

O imperador não muda, não sabe fazer versos, é muito mau poeta; mas adora os que o sabem, e os artistas, os homens de talento, os sábios, os escritores! Não é, essa, virtude superior? Não foi esse estado permanente de espírito que o convertera no mecenas da literatura nacional?

E ele o foi. Sobre isso não há opinião discordante, nem entre os seus inimigos. O que varia é quanto aos motivos que o teriam levado ao glorioso mecenato. Dizem os adversos que o imperador se regalava em comprar a estima dos literatos, para se fazer confundir com um deles, ser considerado um igual – seu sonho, sua ambição... Pouco importa! Nem a hipótese o diminui, que nobre é aquela ambição, e perfeitamente razoável a quem se dispunha a pagar tão alto preço – se em seu favor, mais ainda da jovem nação, que dela tanto se beneficiou!

Entre os autores que comentaram o monarca como mecenas das nossas letras, vamos referir José Veríssimo, o mestre da *História da Literatura Brasileira* (Rio de Janeiro, José Olímpio, 5ª edição, 1969), pela sua autoridade sem contraste na crítica literária nacional, pela justeza e independência dos seus juízos, pelo seu conhecimento global das idéias e filosofias, pelo sentido didático da sua obra, e sobretudo, pela sua isenção no ofício. Um clássico, um sábio, um caráter.

Assinala Veríssimo que tal era o empenho do imperador em incentivar as letras e proteger os escritores que, não raro e muito comum, sob o seu governo escrevia-se até como um meio de obter as benesses do trono:

“No reinado de d. Pedro II, monarca amador de letras e caroável aos letrados, por lhe armar à benevolência e patrocínio, foi comum fingirem-se muitos de amantes daquelas e as praticarem, mesmo assiduamente, mais porventura do que lhes pedia a vocação ou consentia o talento”. (op. cit., p. 14).

E, mais adiante, continua o mestre:

“Era inconsiderado pretender que um povo em suma inculto, e de mais a mais ocupado com a questão política

da ordem, de 1817 a 1848 alterada por todo o país, cuidasse de seus poetas e literatos. Não é, todavia, exato que, apesar disso, os descurasse por completo. O povo amava esses seus patrícios talentosos e sabidos, revia-se gostosa-mente neles, acatava desvanecido os louvores que mereciam aos que acreditava mais capazes de os apreciar. Supria-lhe esta capacidade, o sentimento patriótico restante dos tempos ainda próximos da Independência, e a ingênua vaidade nacional com ela nascida. O imperador começou então o seu mecenato, nem sempre esclarecido, mas sempre cordial, em favor dessa geração que lhe vinha ilustrar o reinado. D. Pedro II, que por tantos anos devia ser a única opinião pública que jamais houve no Brasil, iniciou por esse tempo a sua ação, ao cabo utilíssima, na vida intelectual da nação. Prezando-se de literato e douto, apreciou pelo seu povo incapaz de fazê-lo, e acoroçoou e premiou esses seus representantes intelectuais. Se não todos, a maioria da primeira geração romântica, com muitos outros depois dela, em todo o reinado, mereceram-lhe decidido patrocínio. Revestia este não só a forma de sua amizade pessoal, que aliás nunca chegava ao valimento, porém a mais concreta e prestadia de empregos, comissões, honrarias. E, louvados sejam, não lhe foram ingratos. As principais obras em todos os gêneros dessa época são-lhe dedicadas, em termos que revêem o reconhecimento da munificência imperial. Todos eles foram fervorosos e sinceros monarquistas, menos aliás por amor do princípio que do monarca”. (op. cit., pp. 127 e 128).

Não se pense que os favores do imperador não se dirigissem também aos homens de letras já eminentes. Mesmo os mais ilustres receberam o apoio do monarca. Assim, refere Veríssimo o lançamento de *A Confederação dos Tamoios*, o poema épico de Gonçalves de Magalhães, sua “obra de renascença”, em dez cantos:

“O aparecimento desta obra foi um acontecimento literário. Contra ela escreveu José de Alencar, então estreatante, uma crítica acerba, e, o que é pior, freqüentemente desarrazoada. Saíram-lhe em defesa ninguém menos que Monte Alverne e o próprio imperador d. Pedro II, que fora, às ocultas, o editor do poema”.

(op. cit., p. 142. O grifo é nosso).

Trata-se de depoimento de um mestre da nossa crítica literária, de uma independência a toda prova, insusceptível de confundir-se entre aqueles “historiadores de partido”, aludidos por Croce.

Retire, quem quiser, do bom imperador a glória de pacificador da nação ou de grão-mestre da escola de estadistas que floresceu ao seu comando; negue quem o queira, o rendimento da obra de administração do país no longo reinado; ponha em dúvida, quem entenda, a visão e os talentos pessoais do monarca, como homem de Estado, ou de ciência, ou oficiante de letras – sempre houve quem o fizesse e o faça ainda. Mas, não se lhe retire a condição de grande mecenas das artes, das ciências e das letras, em todo o seu reinado de quase cinquenta anos! Que o não avançaram nem seus detratores e inimigos!

Foi sob a sua égide que despontou muito do que melhor tem tido este país, pelo clima de simpatia e apoio, até material, no campo da nossa inteligência e cultura e sensibilidade. Sim, sob e sobre o florescimento, sempre esteve a sombra acolhedora do reinante que “nascera para aprender e ensinar”, como depõe Calmon.

Heitor Lira, na sua já citada *História* (pp. 199 e seguintes), recorda alguns auxílios que da sua dotação destinava d. Pedro II mensalmente a brasileiros para estudos na Europa: a Pedro Américo, 400 francos; a Castagneto, 200 francos; a Almeida Júnior, 300 francos; a Daniel Bérard, a Francisco Franco de Sá, à filha de Vitorino Leonardo, a José de Lima Fleming, a Henrique Oswald, a Manuel Caetano da Silva Lara, a José Gomes Calaça, a Júlio César Ribeiro de Sousa, a Adolfo José Soares de Melo, a Pedro Gonçalves da Silva; todos com número variável de francos. A uns, para a pintura; a outros, para a música, ou para o apuro das ciências – a medicina, a engenharia civil, a direção dos aerostáticos...

Gonçalves Dias, o genial e incomparável poeta, viajou à Europa em missões arranjadas pelo imperador, às quais, vale dizer, deu perfeito desempenho; perfeito e brilhante. É uma pena que os limites de uma só aula não permitam referir os textos das inúmeras cartas que o poeta-maior mandou ao monarca, aludindo aos assuntos de sua missão, entre manifestações de agradecimento!

Não obstante a exigüidade do tempo, cabe transcrever o que a propósito anota Heitor Lira, na sua já citada *História*. Assim, “quando, anos depois, gravemente doente, Gonçalves Dias teve de

voltar à Europa, em busca de alívio para o seu mal, foi ainda o imperador quem lhe veio em auxílio, mandando dar-lhe uma pensão de seu bolso”:

“O sr. Gonçalves Dias acha-se em precisão – escrevia o mordomo da Casa Imperial à nossa legação em Paris – e sua majestade ordenou-me que, por intermédio de V. Ex.^a lhe mandasse dar o equivalente a 100\$000 brasileiros, por mês. Como, talvez, o sr. Gonçalves Dias tenha de se demorar na comissão, V. Ex.^a continuará a dar a quantia referida, e se lhe pague igualmente sua viagem para o Maranhão”.

São fatos dessa natureza que, revelando o humano do imperador, atestam-lhe o mecenato que exerceu. E foi, justamente, o sentimento desse mecenato no patriarca das letras que o teria levado a sofrer tanto a crítica de Alexandre Herculano ao poema de Gonçalves de Magalhães – *Confederação dos Tamoios*. D. Pedro remetiera o poema ao incomparável mestre da língua e a resposta foi-lhe duramente desfavorável, em carta de dezembro de 1856.

Vale o registro: a crítica veio impiedosa; mas, numa página de beleza e sabedoria inesquecíveis, daquelas de mármore, como as lavradas pelo mestre!

E o depoimento de Varnhagen, ao concluir o segundo volume da sua monumental *História geral do Brasil*, em carta de Madri, de 1857, ao imperador? Escreve o visconde de Porto Seguro sobre os trabalhos que lhe exigiu a obra, agradecendo a Deus que lhe concedera vida e saúde para o esforço,

“como por haver permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de vossa majestade imperial”. (op. cit., p. 208).

Outro eminente, o altivo e difícil Araújo Porto-Alegre, sem pedir-lhe, recebeu a proteção do imperador, através da encomenda de um plano de reforma da Academia de Belas-Artes e sua nomeação para professor e diretor da academia.

Entretanto, dom Pedro II também se voltava para estrangeiros ilustres, em suas horas de dificuldades, ou simplesmente para testemunhar-lhes apreço. Por esta última razão, condecorou Herculano, e Pasteur, a este ainda mandando dinheiro para o instituto

que fundara em Paris. Com dinheiro, socorreu Lamartine. A Gobineau mandou quinze mil francos, sob forma de pagamento de uma escultura que há tempos lhe encomendara (a *Mima*).

Auxiliou com dinheiro a ereção de monumentos a expoentes de artes e letras e ciências; aqui, como no exterior. Assim, aos erigidos a Galvani, o físico; a Boccaccio, o poeta do *Decameron*; a Tommaseo, o político; a Rebelais, o mago de *Pantagruel*; a Becquerel, precursor da telegrafia; a Carpeaux, o escultor da *Dança*; e a Watteau e a Thiers e a Beaumont, e à Fundação Mozart...

Com igual espírito de cultivo, o imperador recebia em palácio os ilustres do tempo, CasteInau, Pedro Lund, Agassiz... A esse eminente naturalista convidou para um curso no Colégio Pedro II cumprido com o sucesso de se esperar.

É inegável o que terá representado no nosso desenvolvimento intelectual a posição assumida pelo imperador e a importância do seu apoio às letras e artes e ciências, como incentivo às manifestações literárias ocorridas no Segundo Reinado. Justamente o período em que floresceram Álvares de Azevedo, Laurindo Rabelo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Araguaia, Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, Tobias Barreto, Castro Alves, Guimarães Júnior, José de Alencar, Macedo, Franklin Távora, Taunay, Martins Pena, Agrário de Meneses, João Francisco Lisboa, Varnhagen, Pereira da Silva, Melo Moraes (pai), Norberto Silva, Joaquim Caetano, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo, Júlio Ribeiro... É a fase em que, como assinala José Veríssimo, começa a fluir a literatura brasileira, distinta da portuguesa. Principalmente entre os poetas, depois do “estágio de transição, ocupado pelos poetas da Plêiade Mineira (1769-1795) e, se quiserem, os que os seguiram até os primeiros românticos” (op. cit., pp. 4 e 5). É o período do romantismo, até o meado do decênio de 1870, com as últimas obras de importância, o *Evangelho das selvas*, de Varela e as *Americanas*, de Machado de Assis. É, ainda, tempo do rompimento com o romantismo, ao influxo do positivismo, o evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, o comtismo, o socialismo de Prudhon, a crítica de Renan e Taine, o sopro de Hugo e Michelet, de Byron e Musset. Em suma, o grande momento da nossa evolução literária, com Castro Alves, Tobias, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado.

Sobre esse grande período, reinou d. Pedro II, como mecenas. Não vale discutir-lhe a obra de administração do Império, que esse não é o tema da aula de hoje. Se o monarca é objeto de controvérsia como governante – e que governante não o é? –, trata-se de assunto para outra conferência. Mas, no que se refere à sua posição de mecenas da nossa literatura, controvérsia não cabe. Ele o foi de modo admirável, a ele devendo o país o que só lhe pode pagar com a devoção do seu agradecimento.

Agripino Grieco, o grande crítico, falando de Castro Alves diz que é preciso amá-lo, como aos santos em casa de pobre.

Também a Pedro II, entre outras razões, pelo que representou de pedagógico o seu mecenato, muito bem traduzido numa caricatura da época (Heitor Lira, op. cit., pp. 171-172), que tomamos ao universo que o pretendido pelo autor, isto é, com justiça e gratidão:

“Dedicava-se muito o interesse que o imperador dispensava aos artistas, aos homens de letras, aos cientistas – aos sábios, como se dizia, ou aos doutores, como os chamava a imperatriz. Uma caricatura da época ficou célebre: o imperador desembarcando num porto estrangeiro; apenas põe o pé em terra, volta-se, incontinente e meio decepcionado, para as autoridades locais que o recebem: *Onde estão os sábios? Neste país não há sábios? Quero ver os sábios!*”